

SENRA, Nelson de Castro. **O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciências**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 332 p.

Resenha preparada por José Reinaldo Barros Ribeiro Júnior, economista, tecnologista de informações estatísticas e geográficas.

O autor, Nelson de Castro Senra, economista, é funcionário de carreira da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de professor do programa de mestrado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), vinculada àquela. Portanto, o livro é resultado de um esforço intelectual, reflexivo, pessoal, como homem da teoria, e de uma intensa labuta no principal órgão de levantamento estatístico do Brasil, fundado em 1936, o que permitiu ao obreiro um largo tirocínio prático ao tratar do objeto “as estatísticas”, enquadradas como forma de saber e fonte de poder.

O livro é dividido em cinco partes, todas subdivididas em capítulos, ao longo dos quais o autor discorre sob tópicos diversos, ao mesmo tempo em que são reveladas as conclusões a que chega, não estando as mesmas ao final da obra, num capítulo separado, como de praxe acontece.

Na primeira parte, dividida em dois capítulos, os números, como esforço humano para compreender e melhor organizar o mundo em que se vive, são revelados, mostrando seus caracteres abstrato e concreto. Abstrato, enquanto representação do pensamento humano diante do que vê, e concreto, enquanto meio de se obter conhecimento, para de imediato servir como força controladora da sociedade. É aqui o ponto de encontro entre Estado e Sociedade; dominantes e dominados; centro e periferia. Uma boa discussão que traz à baila o estudo de Nelson Senra.

Na segunda parte, as instituições estatísticas, e no caso o autor se volta fundamentalmente para as de natureza pública e oficial, merecem tratamento especialíssimo. O século XIX corresponde ao período em que emerge a vontade de se aperfeiçoar os levantamentos estatísticos. É quando se organizam nove Congressos Internacionais de Estatística, tendo a frente o astrônomo belga Adolphe Quetelet. Uniformizar conceitos e discutir processos, que garantam comparabilidade e confiabilidade, pautam os estatísticos - homens que produzem e disseminam informações com preocupação constante de saber como fazer e por que fazer - e as instituições que lidam com a informação estatística. E o que é da natureza das estatísticas? O autor afirma, sem meias palavras: conhecer para controlar. À medida que o mundo vai incorporando novos espaços aos domínios econômico e político, tendo uma força nuclear, o centro, e em torno deste, os elementos satélites, que o orbitam, vai-se intensificando a necessidade de se conhecer e de controlar estes últimos. Seria imperativo diminuir a escala do mundo, comprimir sua imagem, e o que se perde em visão total, ganhar-se-á em síntese analítica. As estatísticas como objetos móveis imutáveis e estáveis permitem o distante ficar perto, o ausente, presente e o invisível, visível. Ao

dissolver as partes no todo, no coletivo, as estatísticas podem compor o discurso argumentativo, o que serve à política e, assim sendo, é tecnologia de governo. Esta parte do trabalho merece atenção e é digna de debates e reflexões acerca das estatísticas.

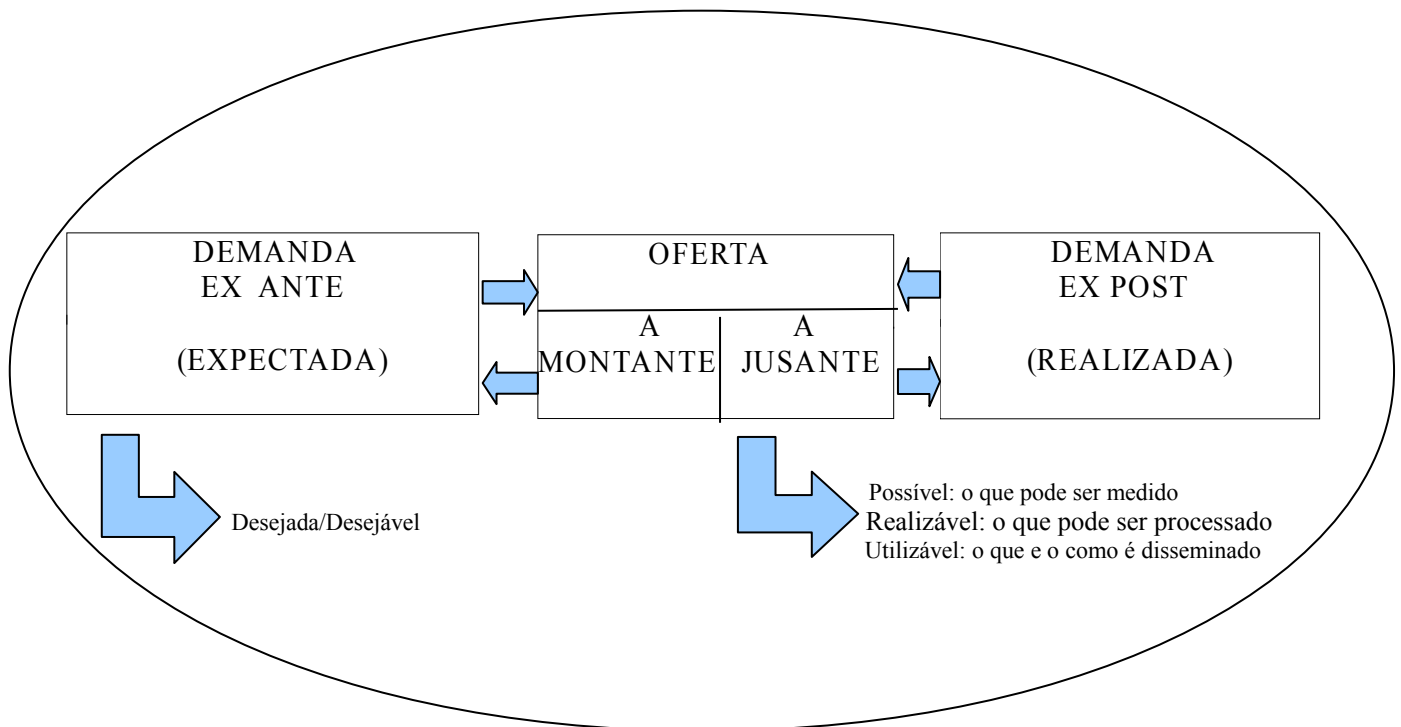
Nas terceira e quarta partes da obra, Nelson Senra monta um quadro explicativo que une a demanda e a oferta estatísticas. A demanda é composta por dois pólos: o *ex ante* e o *ex post*. O primeiro momento da oferta, que é a sua montante, responde à demanda *ex ante* e o seu segundo momento, a jusante, atenderá à demanda *ex post*. A demanda *ex ante* tem um duplo aspecto: corresponde à informação desejada e à informação desejável. Formada pelos vértices de um triângulo onde se localizam o Governo, o Mercado e a Comunidade, a demanda que se deseja vai ter o desenho do tipo de Sociedade e de Estado que então se gesta ao longo da história da humanidade e a Modernidade, entendendo-se esta como período que rompe com o mito, instaurando o reino da ciência, apresentará movimentos que ora intentam adelgaçar a presença estatal e ora estimulam sua onipotência. Sob o domínio do Estado liberal, por exemplo, as instituições estatísticas intentam sair do casulo. Saem de modo acanhado, pois o espírito liberal as intimida como instância burocrática. Com o advento do Estado providencial, elas vivem sua era de ouro, principalmente após a era das catástrofes – a era dos impérios e as primeira e segunda guerras mundiais. Adquirem credibilidade e legitimidade, atendendo a uma ordem que quer mensurações econômicas, sua primeira razão de ser, e sociais. Os números surgidos da realidade assustam e motivam governos. Passa-se a viver não somente em função da aritmética, mas da matematização, fundada em probabilidades, amostras e inferências, as quais ganham relevo. Com o retorno liberalizante, o neoliberalismo, a partir da penúltima década do século XX, as instituições estatísticas públicas e oficiais sofrem abalos. A crise fiscal do Estado exige menos burocracia, menos instâncias burocráticas. Ao longo do tempo e com o advento do capitalismo desorganizado, pós-fordista, a demanda adquire volumibilidade e volatilidade. As instituições sobrevivem, resistem ao ataque, adaptando-se à nova realidade econômica. Refugiam-se no global para se fortalecerem localmente.

À informação desejada/desejável, contrapõem-se a informação possível, a realizável e a utilizável. Estamos no campo da demanda *ex post*. A oferta a jusante, realizada pelas instituições estatísticas públicas e oficiais, tem num primeiro momento que responder à demanda *ex ante* com aquilo que é possível oferecer. Que temas são traduzíveis em grandezas mensuráveis? A essa indagação, responderá a instituição estatística pública e oficial. Fenômenos econômicos são menos intensos, menos complexos, por isso mesmo mais fáceis de medir. Os de natureza social requerem um esforço intelectual e cognitivo maior. Sempre a par com o rigor conceitual, como

exige o conhecimento científico, o possível é o que vai dar credibilidade e legitimidade às instituições estatísticas públicas e oficiais.

A informação realizável corresponde à fase da elaboração estatística que é de fundo processual. Uma demanda somente pode ser atendida tendo em vista os conceitos estabelecidos e os processos necessários arregimentados. A informação realizável tanto quanto a possível exigem da instituição estatística preparo técnico e operacional. São imprescindíveis recursos humanos, financeiros e materiais, sem os quais a missão não se realiza, pelo menos a contento.

A informação utilizável tem a ver com o desenho de uma oferta disseminadora que satisfaça aos anseios de todos os vértices do triângulo demandante. As transformações tecnológicas, tendo a informática como núcleo fundamental, provocaram a instituição pública a melhorar sua visibilidade perante ao público em geral e à mídia. Seus métodos são expostos, o que coloca essas instituições sob o incômodo e enriquecedor papel exercido pela crítica. A base de dados da qual deriva banco de dados mais facilmente disponibilizados permite o aperfeiçoamento do auto-atendimento, do atendimento padronizado e do atendimento personalizado, este último exigindo maior preparo dos agentes disseminadores.



Na última parte do trabalho, o autor discorre sobre regime e política de informação. Como política de informação, deve-se entender um conjunto de ações e reações desencadeadas a partir

de uma central estatal de cálculo que atende uma demanda *ex ante* e satisfaz uma demanda *ex post*, mas sem a orientação determinante de um suposto mercado de informações. As informações estatísticas podem até orientar e ajustar as forças livres que atuam no mercado, mas não são elas que norteiam a formatação de uma política de informação. Chama-se regime de informação a existência de uma rede de produtores e organizadores de dados que servem a diferentes destinatários e é justamente nesse âmbito que deve atuar e agir a política de informação. Como bem afirma Nelson Senra, não é fácil estabelecer-se uma política de informação estatística, haja vista esse tipo de informação ter tanto caráter sintático - funcionalidade objetiva por tratar de números - quanto semântico – possui significações, diferentes significações, a partir de conceitos e processos previamente estabelecidos. Para dar maior legitimidade às ações, o autor sugere a criação de um Conselho Estratégico de Informações, bem como de um Conselho de Especialistas em Informações. Em ambos, tendo-se uma instituição de notório saber e larga experiência. Esta instituição deve nortear sua constituição, cabendo uma função coordenadora. O IBGE, no caso brasileiro, pode bem desempenhar essa missão estratégica, conforme provoca o estudioso professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE).

Há mais a descobrir e discutir folheando as páginas do livro do professor doutor Nelson Senra.